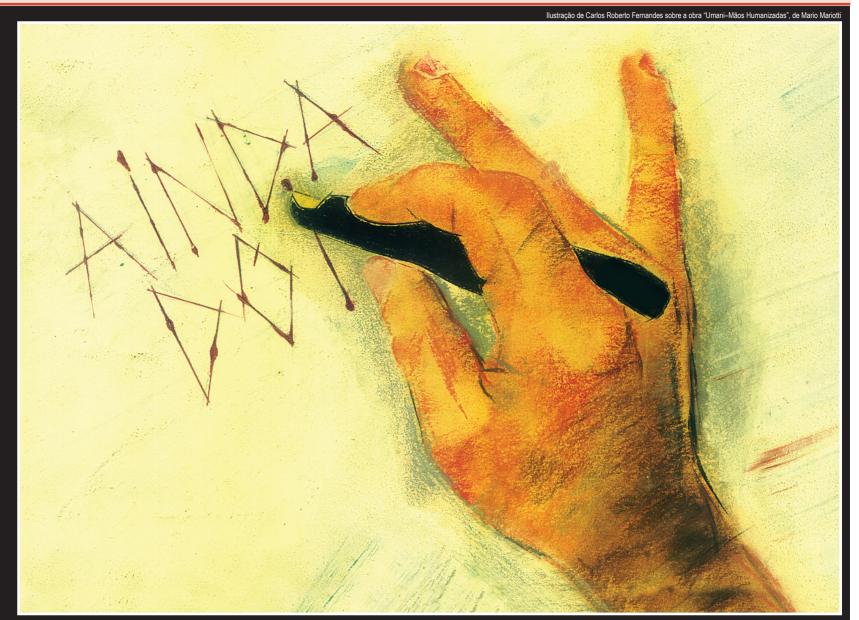
MANUEL ALVES FILHO

Unicamp sediará entre 9 e 11 de setembro o "III Colóquio Escritas da Violência - Representações da Violência na História e na Cultura Contemporâneas da América Latina", cujo objetivo é reunir pesquisadores do continente para refletir sobre a problemática da violência nos países que constituem o bloco. O evento, que será realizado no auditório do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) faz parte de projeto temático financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp)

De acordo com um dos coordenadores do encontro, professor Márcio Seligmann-Silva, a expectativa é que os estudos que serão apresentados contribuam para aprimorar conceitos e aprofundar a análise histórica em torno da temática. "Lamentavelmente, a América Latina tem uma longa tradição de violência Uma das propostas do colóquio é trazer à tona essa questão, sobretudo em relação ao Brasil, onde persiste um discurso conservador segundo o qual não há sangue na história do país, de que nossa trajetória sempre foi marcada por acordos amigáveis. Isso não é verdade. Há, sim, muito sangue e muita violência na nossa história. Basta visitar nossas periferias ou nossos cárceres para constatar isso", afirma Na entrevista que segue, o docente dá mais detalhes sobre o encontro e faz outras reflexões acerca do fenômeno da violência.



Jornal da Unicamp – Qual o objetivo desta terceira edição do colóquio e em que ela se difere das experiências anteriores?

Márcio Seligmann-Silva – O evento ocorre depois de dois anos e meio do início do projeto temático. Nesta edição, organizada por mim, pelo professor Francisco Foot Hardman, do IEL, e o professor Jaime Ginzburg, da FFLCH-USP, estamos abordando mais especificamente a questão da violência na América Latina. Nos eventos anteriores, as abordagens foram mais abrangentes. Estaremos recebendo especialistas de vários países do continente para discutir as diferentes questões em torno da violência. Será uma grande oportunidade para que travemos contato com colegas que virão da Argentina, Colômbia, Peru etc e que têm reflexões importantes em torno dessa questão.

JU – A violência é uma marca da América Latina?

Márcio Seligmann-Silva – Lamentavelmente, a América Latina tem uma longa tradição de violência. Isso vem desde a chegada dos colonizadores às Américas. Uma das propostas do grupo é trazer à tona esse aspecto, sobretudo no Brasil, onde persiste o discurso conservador segundo o qual não há sangue na história do país, de que nossa trajetória sempre foi marcada por acordos amigáveis. Isso não é verdade. Há, sim, muito sangue e muita violência na nossa história. Basta visitar nossas periferias ou nossos cárceres para constatar isso. Então, uma das propostas do evento é discutir essa realidade e como ela é representada. Se você perguntar se hoje em dia a situação da violência está pior na América Latina, eu diria que nós estamos mais conscientes, inclusive dos paralelos que temos com outros países do bloco. A ideia de trazer esses diferentes pesquisares é trocar impressões sobre biografias e conceitos, para aprofundar a análise histórica sobre a violência.

JU – A violência presente nas ditaduras é um aspecto que aproxima vários países latino-americanos, não?

Márcio Seligmann-Silva – A questão das ditaduras da América Latina constitui um capítulo à parte na história da violência. O que aconteceu em países como Chile-e Brasil é que as ditaduras civil-militares se auto-anistiaram. Criaram leis com as quais tentaram acabar com qualquer recurso jurídico ao final dos regimes de exceção. Nós acabamos de comemorar os 30 anos da anistia brasileira. Na verdade, a luta travada até o momento foi inglória, porque as conquistas foram poucas. Com apenas uma exceção, nenhum militar brasileiro foi julgado e condenado, apesar de tudo o que aconteceu. Milhares foram torturados e ainda temos algumas centenas de desaparecidos. A luta contra a impunidade pressupõe o direito à verdade e à memória. O espaço jurídico é essencial para que essa transição da ditadura para a democracia ocorra de fato. Precisamos de um gesto jurídico exemplar para que o período de exceção não volte. Se a impunidade prevalece, a tortura continua. E nós sabemos que apesar do fim da ditadura, a tortura continua. Hoje em dia, a prática está concentrada na periferia. Então, a ideia que corre o risco de prevalecer é a seguinte: se a tortura sempre existiu e nunca aconteceu nada, então vamos continuar torturando. Esse enfrentamento do período ditatorial é essencial, e deve ocorrer tanto no campo da memória quanto no campo jurídico. O processo jurídico é essencial para a construção da democracia.

JU – Falando em memória, os documentos oficiais do período ditatorial brasileiro continuam arquivados...

Márcio Seligmann-Silva – O caso do Brasil é dos mais radicais no sentido do impedimento da construção de uma memória da barbárie comandada pelo Estado. Enquanto em países como Argentina, Uruguai, Chile e Peru conseguiu-se abrir em boa parte os arquivos e estabelecer processos judiciais, no Brasil os arquivos militares ainda estão totalmente fechados. Apesar de todas as promessas de abertura, feitas tanto no governo de Fernando Henrique quanto no de Lula, os principais arquivos ainda não foram abertos. Além disso, cadáveres continuam desaparecidos. Não tendo documentos ou corpos, ficamos impedidos de criar memória, verdade e justiça.

JU-Partindo desse ponto de vista, o senhor diria que o Brasil ainda não conseguiu atingir uma democracia plena?

Márcio Seligmann-Silva – É uma democracia que foi acertada entre a oposição e os donos do poder. As bandeiras de democratização e de reconstrução do estado de direito foram, de certa maneira, cerceadas em função de uma integração dos políticos da oposição ao esquema de poder. Hoje em dia, o Sarney, que era o presidente da Arena, continua sendo um homem forte do governo. É uma continuidade total. Não ocorreu a ruptura que muitos pensam que houve. Na realidade, os políticos denegam totalmente a necessidade de se enfrentar o passado.

JU - O cinema brasileiro tem tratado a questão da violência com frequência, principalmente aquela que atinge a periferia da grande cidade. Isso de alguma forma contribui para uma reflexão mais crítica sobre o tema?

Márcio Seligmann-Silva – No Brasil, essas questões muitas vezes têm encontrado espaço no cinema. O cinema tem uma significativa importância na memória da ditadura. Temos diversos filmes que tratam do tema. Por ser uma mídia muito forte e impactante, muitas vezes é a partir dela que temos avançado na direção de estabelecer uma memória, mais ainda do que na literatura. Ainda é um espaço insuficiente, mas é algo relevante. Quanto ao cinema, precisamos tomar cuidado com posturas moralizantes e rápidas. Condenar a possível espetacularização da violência por parte desses filmes pode ser um equívoco. Na verdade, eles fazem parte da indústria cultural e de um sistema que é perverso, no qual existe a exploração da violência. Mas não é por causa disso que vamos condená-los sem analisá-los a fundo. Muitas vezes eles servem para refletir. O filme Tropa de Elite, que talvez tenha sido o mais criticado nesse sentido, tem aspectos interessantes do ponto de vista cinematográfico. Como ele se aproxima da estética do documentário, faz com que o público tenha uma recepção na seguinte linha: nossa, como esse filme pode apresentar o ponto de vista de um capitão fascista? Entretanto, ele está apresentando algo muito real. Nesse sentido, é uma obra de arte que serve para pensar criticamente a nossa realidade.

JU – De todo modo, a violência também serve à espetacularização. Alguns programas televisivos travestidos de iornalísticos banalizam muito o problema, não?

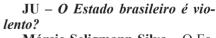
Márcio Seligmann-Silva – Temos que saber diferenciar. Alguns programas, apelidados de pinga-sangue, de fato exploram essa violência explicitamente. É uma exploração que tem uma ideologia de fundo extremamente fascista, que diz o seguinte: se é pobre, é marginal; portanto tem que prender e matar. Isso vai contra a ideia de sociedade democrática. Esses programas têm o caráter não apenas de apresentar a violência como "mercadoria", mas também de apresentar um pacote ideológico fascista junto. Uma das nossas funções na universidade é refletir sobre essa tendência que existe não apenas no Brasil, mas no mundo em geral, de transformar segmentos da sociedade numa espécie de resto indesejável. Isso é inadmissível.

JU - Há uma tendência de criminalizar o pobre, é isso?

Márcio Seligmann-Silva – A violência se origina de um sistema social violento. Tanto na América Latina quanto no restante do mundo a violência atual tem origem nessa perversa estrutura da globalização, na qual os ricos estão cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres. Os pobres estão sendo "retirados" da esfera da humanidade. Isso é terrível, e temos que lutar contra essa tendência. Tanto em relação ao modelo econômico, quanto no plano simbólico, que é o que a gente trabalha mais especificamente no IEL. Temos que tentar desmontar a naturalização da exploração e da exclusão.

JU – Por ser mais sutil, a violência simbólica, expressa no racismo ou na xenofobia, por exemplo, tem sido menos discutida que a violência física?

Márcio Seligmann-Silva – O tema da violência é estudado por várias áreas, da história à psicanálise. É um tema que faz parte do ser humano desde sempre. Não existe cultura sem violência. A violência simbólica, no Brasil, está presente o tempo todo. A gente acaba não percebendo, em função da naturalização de certos padrões de comportamento. Quer um exemplo? Em 2000, fui passar um ano na Inglaterra com minha mulher. Como tinha filho pequeno, levei minha babá junto. Lá, ela ficou impressionada por ser tratada como uma pessoa por inteiro, ao contrário do que ocorria no Brasil. Aqui, ela era praticamente invisível. Resultado: ela ficou por lá, casouse, teve filhos. A violência simbólica que essa mulher sofria no Brasil continua atingindo milhões de brasileiros todos os dias. É uma violência que faz com que as pessoas não tenham acesso à felicidade, princípio que de certa maneira está no ideal de qualquer sistema político democrático.



Márcio Seligmann-Silva – O Estado brasileiro reflete a estrutura social brasileira. Infelizmente, ele responde violentamente à situação de tensão social que existe hoje. Ele persegue, tortura, prende, mata. Tudo isso para impedir que haja uma movimentação contra a grave divisão social presente no país.

JU – Na literatura, as obras testemunhais são as que proporcionam mais impactos quando o assunto é a violência?

Márcio Seligmann-Silva – O texto narrado em primeira pessoa, com teor testemunhal, tem grande apelo ao leitor. O narrador viu, sentiu na carne. A gente tem a impressão de que essa pessoa é a mais capaz de nos apresentar o que aconteceu. Em São Paulo, há um gênero que foi classificado como "literatura do cárcere", que fala sobre a violência nas unidades prisionais e nas periferias. Trata-se de uma literatura interessante porque tem relação distinta com a tradição literária. Normalmente são obras produzidas por pessoas com tradição oral, que tem relação com o rap, por exemplo. Isso é bom para a gente fazer uma crítica do cânone. Temos a tradição de estudar sempre as obras canônicas. É interessante ver essa nova literatura porque ela leva a um novo olhar sobre a literatura canônica. Desconstrói, de certo modo, a assim chamada "grande tradição literária", que é fundamentalmente eurocêntrica. Acho que essa literatura traz uma grande contribuição para a literatura da América Latina.

